

Forças Armadas combaterão queimadas

Governo convoca FAB, Exército e Marinha para impedir devastação da floresta Amazônica

RONALDO BRASILIENSE

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor quer ver as Forças Armadas mobilizadas, este ano, na Operação Amazônia de combate às queimadas. O governo brasileiro deseja ter em mãos, em junho de 1992, durante a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que a Organização das Nações Unidas (ONU) promoverá no Rio de Janeiro, dados concretos para comprovar que as queimadas na Amazônia foram extremamente reduzidas.

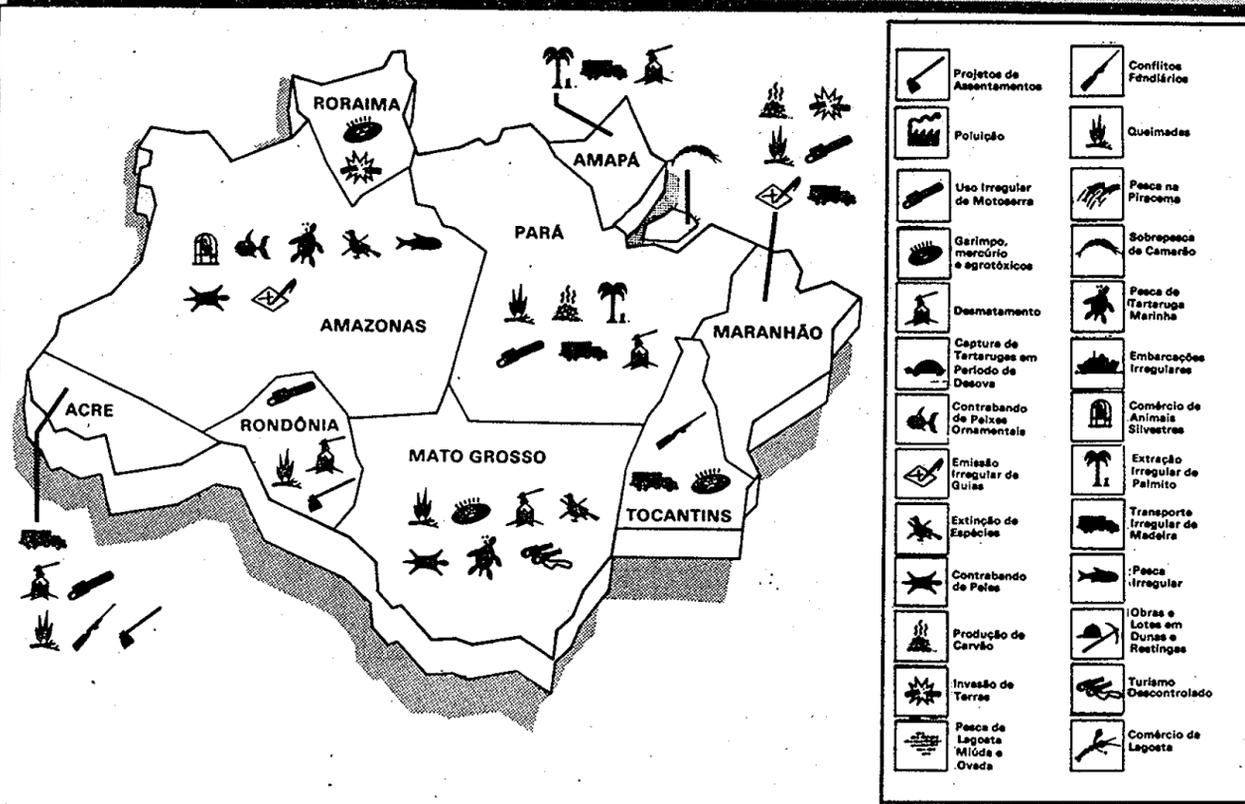
Com isso, o governo espera se livrar da nuvem cinzenta das pressões de ambientalistas internacionais, que criticam o Brasil por permitir desmatamentos e queimadas numa área superior a 400 mil quilômetros quadrados da Amazônia, nas últimas quatro décadas. "A Marinha Brasileira vai participar da Operação Amazônia fiscalizando a pesca predatória e os danos ambientais causados por garimpeiros e madeireiras nos rios amazônicos", garante a presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), socióloga Tânia Munhoz. A Marinha vai atuar por meio do 4º Distrito Naval, com sede em Belém, no Pará.

O Exército também auxiliará o Ibama durante a operação, treinando observadores de voo e equipes de combate a incêndios. O Ministério da Aeronáutica, por meio da Força Aérea Brasileira (FAB), ficará com a responsabilidade de ceder helicópteros, aviões Búfalo e pilotos para transporte dos fiscais do Ibama e da Polícia Federal.

A Operação Amazônia começará mais cedo este ano: no final do mês, o presidente do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), Márcio Barbosa, fornecerá ao Ibama os dados

As chagas da floresta

Principais problemas ambientais e fundiários identificados pela Operação Amazônia em 1990



sobre desmatamentos e queimadas na região em 1990, indicando os municípios mais atingidos pela devastação. De posse desses dados, o Ibama pretende enviar a esses municípios equipes de técnicos, professores e ecologistas para, durante um mês, promover palestras e debates em escolas, centros comunitários, cooperativas e sindicatos. "A fase Zero da Operação Amazônia, que não foi realizada no ano passado, será educativa", revela o diretor do Departamento de Fiscalização do Ibama, Raimundo Deusdar.

O Ibama já sabe que as áreas mais atingidas por desmatamentos e queimadas em 1990 estão no Mato Grosso, sul do Pará e nos municípios localizados às margens da rodovia 364, em Rondônia. Essas áreas terão prioridade no programa de educação ambiental que será desenvolvido nas comunidades da região. "Em Rondônia, Pará e Mato Grosso, as equipes de fiscalização do Ibama constataram desmatamentos numa área de 87 mil hectares", afirma Raimundo Deusdar.

Para evitar desmatamentos e queimadas na Amazônia, o Ibama quer investir US\$ 1 milhão, com o deslocamento de equipes de fiscalização, acompanhadas de agentes da Polícia Federal, para as regiões mais críticas. Helicópteros da FAB sobrevoarão grandes áreas de floresta nativa para observar focos de incêndio e transmitir dados de localização às equipes em terra, que chegarão aos locais de carro com a missão de autuar e multar os infratores. No ano passado, a Operação Amazônia conseguiu colocar um freio nos desmatamentos e queima-

das com a aplicação de 3,5 mil autos de infração. Essas multas, se efetivamente forem pagas — a maioria dos autuados recorreu à Justiça —, garantirão aos cofres do Ibama cerca de US\$ 9 milhões. "É evidente que estamos preocupados com a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente", destaca Tânia Munhoz. "Precisamos mostrar ao mundo que o governo do presidente Fernando Collor efetivamente quer defender a ecologia, com a preservação as florestas tropicais da Amazônia." Segundo Deusdar, "ca-

da Estado da Amazônia revela uma característica própria em termos de infrações". A Operação Amazonas indentificou, no ano passado, os pontos problemáticos da região. No Amazonas, predomina o comércio ilegal de animais silvestres. No Pará, transporte, armazenagem e estocagem ilegal de madeira. No Maranhão, há expedição de guias florestais irregulares e, em Rondônia, foi constatada a maioria dos casos de inadimplência de empresas com o Ibama.

A previsão do Ibama para a Operação Amazônia deste ano é o envolvimento de 360 agentes de fiscalização do instituto, que serão auxiliados pela Polícia Federal e pelos órgãos estaduais e municipais ligados à proteção ambiental. "Pretendemos realizar mil horas de voo em helicópteros e percorrer mais de 400 mil quilômetros nos 54 veículos que teremos à nossa disposição", afirma Deusdar.

A fiscalização será rigorosa contra os desmatamentos patrocinados por fazendeiros e empresas madeireiras, a maioria dos quais executando seus projetos com incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O Ibama informou estar alerta para evitar este ano a burla feita em 1990. Segundo fontes do órgão, no ano passado fazendeiros do Mato Grosso e sul do Pará contrataram trabalhadores rurais como "posseiros" e promoveram a invasão de suas terras para incentivar os desmatamentos e queimadas. A responsabilidade foi atribuída aos "posseiros" de aluguel.

A Operação Amazônia também vai desenvolver ações contra as siderúrgicas de ferro-gusa, instaladas na área de abrangência do Programa Grande Carajás. As empresas são acusadas de consumir milhares de toneladas de carvão vegetal em seus fornos de redução e de destruir milhares de hectares de floresta, principalmente nos municípios de Marabá, no Pará, e Açailândia, no Maranhão.

Mappin

Kodak EXPRESS

SERVIÇO DE CONTROLE DE QUALIDADE

REVELE O SEU FILME

Desmatamento terá registro mais rápido

BRASÍLIA — O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), com sede em São José dos Campos, no Interior de São Paulo, vai investir US\$ 3,5 milhões na aquisição de novos computadores para aumentar a velocidade no processamento de informações captadas pelos satélites NOAA e Landsat, responsáveis pelo monitoramento dos desmatamentos e queimadas praticados na Amazônia brasileira. Os recursos serão obtidos através de empréstimos externos, que estão sendo negociados com o Banco Socialite Generale, da França. "O Inpe será modernizado ainda este ano para que o processamento das informações colhidas pelos satélites que monitorizam a Amazônia seja feito com maior rapidez", anuncia Márcio Barbosa, presidente do Inpe.

Até o final de fevereiro, o Inpe quer atualizar seu atlas da Amazônia, apontando as áreas desmatadas em 1990. Na Operação Amazônia deste

ano, o Inpe participará, já a partir de junho, com o satélite NOAA no monitoramento dos focos de incêndio constatados em toda a região. Em agosto, entra em ação o Landsat, que vai mostrar imagens do desmatamento da região amazônica durante o período de seca.

A Amazônia, segundo o Inpe, perdeu mais de 400 mil quilômetros quadrados de sua floresta tropical, somente neste século. Os Estados mais atingidos por desmatamentos e queimados foram Rondônia — principalmente nos municípios formados às margens da rodovia BR-364 —, o Pará — especialmente no sul do Estado, onde se implantaram dezenas de projetos agropecuários beneficiados pelos incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) —, e Mato Grosso — que somente em 1990 registrou mais de 70 mil hectares de florestas destruídas por desmatamentos e queimadas.